II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 4

ST4

ENTRE A DIPLOMACIA E O CONFLITO:
Estado, governo e intervenção política na Época Moderna: circulação de ideias e cultura escrita (séculos XV-XVIII)

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2

COORDENADO POR


Luciano Cesar da Costa


Rodrigo F. da Costa

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

ENTRE A DIPLOMACIA E O CONFLITO:

Estado, governo e intervenção política na Época Moderna – circulação de ideias e cultura escrita (séculos XV–XVIII)

8 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Rodrigo Franco da Costa
Pós-doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rodrigo.franco1991@gmail.com

Luciano Cesar da Costa
Doutor, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF). lucianocesar_3@hotmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 4 e a Sessão de Comunicação Livre 2, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

8 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Para além do olhar do viajante: população negra, representação e agência no relato de Maximiliano sobre Ilhéus (1860)	14h20
2	O Leviatã Proclama Os Ciganos: Reflexões Sobre Suas Classificações Na América Portuguesa Setecentista	14h40
3	João Pinto Ribeiro e o Discurso sobre os fidalgos e soldados: a polêmica da União das Armas (1632)	15h00
4	Entre a pena e a Censura: Circulação de Informações e Controle Editorial em Aguado e Simón (Sécs. XVI-XVII)	15h20
5	Um passado a ser esquecido? Memórias e a política de silêncio dos expatriados da Confederação do Equador	15h40

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Entre o Cultural e o Político: A Mistida (1997) de Abdulai Sila como fonte histórica da Guiné-Bissau pós-independência	–
2	O movimento por moradia popular e a limitação da miséria no extremo leste paulistano (1980-1993)	–
3	Da internet ao Congresso Nacional: conteúdo, tramitação e inconstitucionalidade dos projetos de lei do Escola Sem Partido (2014-2023)	–
4	Governança alimentar em disputa: agricultura e desenvolvimento nas normas internacionais (1970-2020)	–
5	Os programas nacionais de combate à esquistossomose e o Nordeste brasileiro (1950-1980)	–

João Pinto Ribeiro e o Discurso sobre os fidalgos e soldados:
a polêmica da União das Armas (1632)

Rodrigo Franco da Costa [1]

Este Simpósio Temático tem como objetivo analisar a obra Discursos sobre Fidalgos e soldados portugueses não militarem em conquistas desta coroa, de João Pinto Ribeiro escrita em 1632. João Pinto Ribeiro foi um republico, agente que objetivava, através de sua atuação escrita, intervir politicamente para a conservação do bem comum de Portugal. João Pinto Ribeiro foi figura de primeira importância para o reino de Portugal durante as décadas de trinta e de quarenta do século XVII, tanto na esfera política quanto no governo lusitano. Pinto Ribeiro foi um importante articulador da Restauração de Portugal, processo de retomada da independência e da autonomia do reino lusitano em relação à Monarquia Hispânica, que desde de 1580 submetia o reino. O letrado desenvolveu sua carreira como Juiz de Fora de Pinhel e Ponte de Lima, posteriormente tornou-se agente do duque de Bragança. Após o processo de Restauração compôs o epicentro do governo de Portugal, tonando-se desembargador do Paço de d. João IV. Ainda na época da dominação da Monarquia Hispânica sobre Portugal, Pinto Ribeiro escreve a obra supracitada com o objetivo de criticar abertamente a União das Armas, medida imposta pelo Conde duque Olivares que desejava centralizar os exércitos de todos os domínios da Monarquia Hispânica em Madrid com o intuito de realizar os feitos militares de interesse da corte de Filipe IV.

Pinto Ribeiro desenvolve uma argumentação jurídica e política criticando o deslocamento dos portugueses das praças do além-mar para seguir as ordens de Castela, localizando as perdas lusitanas de vários domínios em África e Ásia devido a esse escoamento de homens para servir nas guerras que diziam respeito somente ao reino castelhano. Em oposição ao costume do período em que se buscava dissimular as críticas ao governo, João Pinto Ribeiro propôs uma crítica frontal a Olivares, o que lhe rendeu a perda do cargo de Juiz de Fora. É neste momento que ele se torna agente do duque de Bragança, posição que o possibilitaria contribuir com a organização da Restauração de Portugal em primeiro de dezembro de 1640.

Palavras-chave: República; João Pinto Ribeiro; União das Armas.

[1] Coordenador do ST4. Pós-doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rodrigo.franco1991@gmail.com

Para além do olhar do viajante:

população negra, representação e agência no relato de Maximiliano sobre Ilhéus (1860)

Yago Santos Valete[2]

Este trabalho analisa o relato de viagem de Maximiliano sobre sua passagem por Ilhéus, na segunda metade do século XIX, buscando compreender as representações construídas acerca da população negra e as formas de ação dos sujeitos que aparecem em sua narrativa. Inserido em uma tradição de literatura de viagem marcada pelo olhar estrangeiro sobre a sociedade brasileira, o relato constitui uma fonte relevante para investigar as formas pelas quais os habitantes da região eram observados, classificados e descritos por um viajante europeu. A pesquisa parte da compreensão de que esse tipo de documentação não apresenta uma descrição neutra da realidade, mas é atravessado pelas referências culturais, sociais e intelectuais do autor, produzindo representações sobre raça, trabalho, costumes, civilização e modos de vida. A análise, entretanto, não se limita ao discurso elaborado pelo viajante. Busca-se distinguir aquilo que corresponde às representações produzidas por Maximiliano das situações em que os próprios sujeitos negros aparecem realizando ações e mobilizando conhecimentos e habilidades. Nesse sentido, o relato é analisado também como espaço no qual, mesmo sob o olhar classificatório do observador estrangeiro, podem ser identificadas manifestações de agência. São consideradas descrições relacionadas ao trabalho, ao conhecimento da natureza, às práticas cotidianas, à circulação e às estratégias desenvolvidas pelos sujeitos negros diante das condições sociais vivenciadas em Ilhéus.

Dessa forma, o trabalho procura compreender uma tensão presente na documentação: enquanto Maximiliano constrói determinadas imagens sobre a população negra a partir de seu lugar de viajante estrangeiro, sua própria narrativa registra práticas que permitem perceber esses sujeitos para além das categorias utilizadas para descrevê-los. A pesquisa, portanto, propõe uma leitura do relato que articule discurso, representação e agência, tomando Ilhéus como espaço privilegiado de observação das relações sociais e das experiências da população negra na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Maximiliano; Ilhéus; População negra; Representação; Agência.

[2] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ysvalete.ppgh@uesc.br

O Leviatã Proclama Os Ciganos:
Reflexões Sobre Suas Classificações Na América Portuguesa Setecentista

Arthur Assunção Costa [3]

O presente trabalho busca analisar as formas de classificação e a nomenclatura que as comunidades romani foram cometidas pelo Império Português no século XVIII. Essa reflexão parte do principio de que o "ser cigano" é um critério ainda muito indefinido dentro das legislações e documentações do período setecentistas. Acreditamos que os processos de exclusão e marginalização além de terem subalternizados essas comunidades também produziram processos de nomeação e classificação. Na mesma medida ressaltamos como as próprias identidades culturais oriundas do interior dessas comunidades refletiam como elementos de choque frente as ideias morais e católicas do império português, causando uma amálgama de signos, simbolos da própria comunidade e da interpretação régia sobre eles, gerando uma forma única de existência desses povos no espaço imperial português. Mais especificamente iremos refletir sobre os conceitos de qualidade, classificação e costume na América Portuguesa, e como esses termos foram manipulados, diretamente e indiretamente pelos vassalos, e como a construção social sobre o "outro" – no nosso caso especialmente as comunidade romani calon, – é construida em conjunto com o analisado, e seus reflexos sobre o espaço se foram de maneira plástica entre os colonos.

Palavras-chave: Ciganos; Império Português; Antigo-Regime.

[3] Mestrando, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista CNPq. arthur.assuncao@estudante.ufjf.br

Entre a pena e a Censura:
Circulação de Informações e Controle Editorial em Aguado e Simón (Sécs. XVI-XVII)

Hugo Cardoso Pedro dos Santos[4]

A comunicação pretende analisar as dinâmicas de produção, circulação de informações e controle editorial das crônicas historiográficas do Novo Reino de Granada nos séculos XVI e XVII, a partir dos relatos dos franciscanos Fray Pedro de Aguado e Fray Pedro Simón. Inseridas no contexto da expansão ultramarina e da consolidação do aparato burocrático-religioso da Monarquia Hispânica, tais obras não apenas registraram o processo de conquista e colonização, mas também estiveram sujeitas aos rígidos mecanismos de censura e fiscalização da Monarquia através do Conselho das Índias. Fray Pedro de Aguado, em sua Recopilación Historial, enfrentou expressiva intervenção censória e barreiras institucionais que impediram a publicação de seu manuscrito no século XVI, evidenciando as tensões entre a escrita missionária franciscana e as diretrizes reais de controle sobre as notícias e acontecimentos do Novo Mundo. Por outro lado, Fray Pedro Simón, em suas Noticias Historiales, operou em um cenário editorial e político distinto no século XVII, lidando com os trâmites, licenças de impressão e redes de aprovação da Cronística de Índias para viabilizar a publicação de sua obra. A análise comparativa de ambas as trajetórias textuais e materiais revela como a circulação do conhecimento sobre as Índias Ocidentais foi ativamente moldada pelas políticas da escrita, pelas redes institucionais e pelos procedimentos de censura prévia. Dessa forma, busca-se compreender o papel da cultura impressa e manuscrita na construção das narrativas sobre o Novo Reino de Granada, evidenciando as disputas políticas e epistêmicas envolvidas na mediação e no controle da informação colonial.

Palavras-chave: Censura; Conselho das Índias; Pedro de Aguado; Pedro Simón.

[4] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). hugocardosopedro98@gmail.com

Um passado a ser esquecido? Memórias e a política de silêncio dos expatriados da Confederação do Equador

Paulo Montini de Assis Souza Júnior [5]

Entre o final de 1824 e o início de 1825, autoridades diplomáticas do Brasil reportaram ao governo imperial sobre as chegadas de dezenas de brasileiros em portos dos Estados Unidos e da França; logo descobririam que aqueles eram rebeldes envolvidos na Confederação do Equador, rebelião militarmente liquidada no segundo semestre de 1824, e fugidos das Comissões Militares instaladas nas províncias revoltosas. Ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro construiu as suas primeiras relações internacionais, ele também empreendeu uma política de vigilância internacional contra estes expatriados: os cônsules e diplomatas avisavam ao governo brasileiro que estes fugitivos vinham se engajando em sociedades políticas republicanas no exterior, conspirando contra a monarquia brasileira e desenvolvendo relações com revolucionários estrangeiros. A política contrarrevolucionária deste primeiro corpo diplomático do Brasil foi justificada pelo fato de que muitos dos expatriados começaram a circular o atlântico revolucionário, indo para Buenos Aires, ao México, à Colômbia e ao Haiti. A abdicação de Pedro I, em Abril de 1831, significou a volta destes antigos confederados que, anistiados a partir deste ano, voltaram à opinião pública e à vida política brasileira. Retomavam o exercício nas instituições políticas do país por vezes relembrando aqueles meses de revolta aberta contra a monarquia, a Constituição de 1824 e o golpe de Pedro I de Novembro de 1823; contudo, resguardaram as suas memórias de expatriação. Neste trabalho, analiso usos dos esquecimentos e silêncios destes antigos confederados. A documentação colhida dos canais diplomáticos brasileiros e de arquivos de Estados estrangeiros me permitiu ver partes do engajamento destes expatriados à causa republicana nos dois lados do Atlântico naqueles últimos anos de Era das Revoluções. Apresento como, apesar da memória positiva construída sobre a rebelião de 1824 nas décadas seguintes pelos antigos confederados, os não-ditos e os silêncios sobre o período de expatriação foram politicamente motivados. O esquecimento deliberado destas relações internacionalistas preservava, afinal, a imagem destes antigos rebeldes que, nos anos regenciais e do Segundo Reinado, se tornavam agentes políticos da mesma monarquia contra a qual se rebelaram anos antes.

Palavras-chave: Brasil Império; Confederação do Equador; Era das Revoluções; Expatriação; Memória

[5] Doutor em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). paulomontini93@hotmail.com

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL2

Sessão de Comunicação Livre 2, realizada junto ao Simpósio Temático 4

8 de outubro das 14h às 18h · Coordenação: Rodrigo Franco da Costa · Luciano Cesar da Costa

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

SL 2 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2 junto ao ST 4

Entre o Cultural e o Político:
A Mistida (1997) de Abdulai Sila como fonte histórica da Guiné-Bissau pós-independência

Luan Carlos da Silva Santos[6]

A historiografia sobre a Guiné-Bissau pós-independência tende a privilegiar o registro político-institucional, centrado no aparelho estatal e nas disputas de poder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que liderou a luta pela independência do país. Historiadores como Leopoldo Amado e Carlos Lopes, por exemplo, leem a crise de instabilidade política que marcou o país após o golpe de Estado de 1980 sobretudo a partir dessa chave institucional, deixando relativamente à sombra o tecido cultural que, segundo os antropólogos Wilson Trajano Filho e Christoph Kohl, sedimenta a nação "por baixo", nas práticas crioulas cotidianas. Esta comunicação parte da hipótese de que a Literatura, entendida não como reflexo passivo da realidade, mas como discurso que a refrata, é capaz de iluminar precisamente essa camada cultural da experiência histórica guineense que a historiografia política tende a silenciar. Toma-se como objeto o romance Mistida (1997), de Abdulai Sila, terceiro título da trilogia que consagrou o escritor guineense. Argumenta-se que a tensão entre o Cultural e o Político não aparece na obra apenas como tema, mas está inscrita em seu próprio arranjo formal fragmentado. O romance, protagonizado por personagens marginais, como ex-combatentes, governantes caricaturados, mulheres e libertadores, desloca o ponto de observação da crise guineense do topo do Estado para o cotidiano de quem sofre seus efeitos sem participar de suas decisões. A leitura de três capítulos do romance -"Madjudho", "Timba" e "Kambansa" - permite acompanhar essa tensão em sua dimensão simbólica. Filiando-se ao diálogo entre História e Literatura proposto por Antonio Candido, Mikhail Bakhtin e Hayden White, defende-se que Mistida deve ser lida não como pano de fundo de uma crise já descrita alhures, mas como fonte historiográfica em sentido pleno, ou seja, um registro capaz de captar, no nível dos indivíduos e das sociabilidades cotidianas, a persistência de uma nação cultural que a instabilidade do Estado guineense pós-1980 não conseguiu apagar.

Palavras-chave: História e Literatura; Abdulai Sila; Historiografia africana; Fragmentação narrativa

[6] Mestrando em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). luan_silva@id.uff.br

O movimento por moradia popular e a limitação da miséria no extremo leste paulistano (1980-1993)

Luanne Miguel Alvarenga [7]

Os mutirões populares por moradia do extremo leste de São Paulo surgiram em resposta ao cenário urbano superlotado e ao esgotamento das políticas de habitação na cidade, no final do século XX. Inseridos no contexto dos governos militares, os conjuntos habitacionais da cidade de São Paulo respondem às demandas dos mais desfavorecidos, enquanto representam tentativas dos governos autoritários de se manterem no poder por meio da ampliação de projetos populares. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para a memória histórica de uma ação específica dentro da cidade: os chamados mutirões populares, formas coletivas de organização e autoconstrução habitacional protagonizadas por famílias excluídas das políticas formais de moradia, que não tinham condições de arcar com o financiamento necessário. Essas ocupações foram reprimidas, mas tornaram-se frequentes e, por vezes, ocorreram até com financiamento público. No conjunto, o trabalho investiga como os mutirões populares do extremo leste paulistano se organizaram frente às políticas habitacionais das décadas de 1980 e 1990, responsáveis pela construção de duas cidades simbólicas elencadas por Ermínia Maricato: a da acumulação (as áreas centrais e "nobres" da cidade, consideradas desenvolvidas) e a cidade da miséria (a zona periférica, violenta e subdesenvolvida). A análise recai sobre a documentação e a experiência daqueles que compõem o Movimento Sem Terra Leste 1 (MSTL 1), importante movimento por moradia atuante na zona leste paulistana desde a década de 1980. Diante disso, a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin oferece aporte metodológico e organizacional para a compreensão dos diferentes discursos e sentidos atribuídos por esses mutirantes. Assim, parte-se da hipótese de que as habitações populares podem ser entendidas como uma forma de resistência à exclusão, mas também funcionaram como mecanismos de separação utilizados pelas gestões públicas do período, a partir do momento em que o direito de ocupar se dá apenas nas margens da cidade, e não em suas áreas de acumulação.

Palavras-chave: mutirões; habitação; exclusão; resistência

[7] Mestranda, UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca. luanne.alvarenga@unesp.br

Da internet ao Congresso Nacional:
conteúdo, tramitação e inconstitucionalidade dos projetos de lei do Escola Sem Partido (2014-2023)

João Vitor Romão de Castro[8]

O presente trabalho analisa a atuação do movimento Escola Sem Partido (ESP) no âmbito do Legislativo Federal brasileiro entre 2014 e 2023, investigando os Projetos de Lei (PLs) apresentados com o objetivo de institucionalizar suas pautas no ordenamento jurídico nacional. Utilizando a História do Tempo Presente como marco teórico e a análise de conteúdo como metodologia, examina-se o conteúdo, a tramitação e os fundamentos jurídicos dos principais PLs inspirados no movimento, com destaque para o PL 1411/2015, o PL 246/2019 e o PL 660/2023. A pesquisa demonstra que, embora nenhum dos projetos tenha sido aprovado, a atuação do ESP no parlamento representou uma estratégia coordenada de setores neoliberais e conservadores para impor restrições à autonomia docente e ao pluralismo de ideias no ambiente escolar. Os projetos analisados propunham a criação de canais de denúncia anônima contra professores, a afixação de cartazes com os "deveres do professor" nas salas de aula e a autorização para gravação de aulas por estudantes, medidas que violavam frontalmente princípios constitucionais como a liberdade de ensino e o pluralismo de concepções pedagógicas. Argumenta-se que a tentativa de transformar o discurso do pânico moral em lei evidenciava o caráter autoritário do movimento, que buscava submeter a prática docente a um regime de vigilância e censura. Conclui-se que a atuação legislativa do ESP, embora frustrada no plano federal, contribuiu para a normalização de um discurso de desconfiança em relação aos professores e para a erosão dos fundamentos democráticos da educação brasileira, abrindo caminho para iniciativas similares em âmbitos estaduais e municipais.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Projetos de Lei; Legislativo Federal; Censura educacional; Liberdade de cátedra.

[8] Mestre em História Social, PPGH/Universidade Federal de Alagoas (UFAL). castrovitor922@gmail.com

Governança alimentar em disputa:
agricultura e desenvolvimento nas normas internacionais (1970-2020)

Fabiano Cordeiro César [9]

As convenções, tratados e declarações internacionais sobre agricultura e alimentação produzidos entre 1970 e 2020 constituíram um importante espaço de formulação e disputa de projetos políticos relacionados à produção agrícola, à segurança alimentar e à organização dos sistemas alimentares. Nesse processo, Estados, organismos multilaterais, corporações transnacionais e movimentos sociais participaram, de diferentes formas, da construção de agendas e normas internacionais. Este trabalho busca analisar as tensões presentes nesse corpo documental, particularmente aquelas relacionadas à valorização da modernização e da produtividade agrícola e, simultaneamente, à crescente incorporação de propostas de valorização da agricultura familiar, dos pequenos agricultores e da sustentabilidade. Parte-se da hipótese de que a construção da governança alimentar internacional não ocorreu de maneira linear ou consensual, mas foi atravessada por disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento agrícola e de organização dos sistemas alimentares. A partir da análise de documentos produzidos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e de outros organismos internacionais, pretende-se identificar continuidades, rupturas e contradições na formulação dessas agendas ao longo do período. Busca-se, assim, compreender a dimensão política da construção das normas internacionais sobre agricultura e alimentação e os diferentes projetos de sociedade e de desenvolvimento nelas inscritos.

Palavras-chave: Governança alimentar; História Política; Agricultura; Segurança alimentar; Desenvolvimento

[9] Mestre em História Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). fabianord.cesar@gmail.com

SL 2 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2 junto ao ST 4

Os programas nacionais de combate à esquistossomose e o Nordeste brasileiro (1950-1980)

Adriana Mendonça Cunha [10]

Este trabalho analisa os projetos de combate à esquistossomose empreendidos pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1950 e 1980. O foco recai sobre dois programas, o primeiro, elaborado ainda na gestão de Juscelino Kubistchek (1956-1961) a partir da criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), e um segundo, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a ditadura militar (1964-1985). Em ambos os casos, os projetos focalizavam áreas rurais, especialmente, no Nordeste, numa clara vinculação entre pobreza, doença e subdesenvolvimento. O objetivo da pesquisa é compreender a importância estratégica que o Nordeste adquiriu no período, marcado pela Guerra Fria e a instauração de um regime autoritário no Brasil, destacando o papel de centros de pesquisa locais como o Instituto Aggeu Magalhães em Pernambuco cujas investigações sobre esquistossomose, lideradas pelo médico Frederico Simões Barbosa, ganhou relevância nacional e internacional no estudo da doença e sua relação com a pobreza. As fontes utilizadas são compostas pelos acervos do INERu e do arquivo de Simões Barbosa disponíveis no acervo histórico da Fiocruz. A pesquisa buscará mostrar como os projetos nacionais de combate a esquistossomose se vinculavam com políticas internacionais de saúde lideradas por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a relação destes programas com agências estadunidenses como os Corpos da Paz, marcando uma reaproximação dos Estados Unidos com o Brasil no contexto pós-Revolução Cubana.

Palavras-chave: Esquistossomose; Frederico Simões Barbosa; Instituto Nacional de Endemias Rurais.

[10] Doutora em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC/Fiocruz); professora do IFRN. adriana@getempo.org.

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário